

Temos todos que nos sentar ali, esperar um minutinho, e aí vota todo mundo, quando, na realidade, existem outros processos em que se colocariam dez máquinas e se diria: "Bem, agora cada um vai votar". E todo mundo votaria. Esse voto seria individualizado pelo polegar, qualquer coisa da pessoa. Isso é possível de ser feito. Nem digo o cartão, que seria o mais simples, lógico, mas ainda permitiria fraude. E, mesmo com o polegar da pessoa, a máquina reconheceria. A pessoa colocaria o polegar, apareceria um "V", em segunda, o seu nome e a legenda e a pessoa votaria. Colocaria dez máquinas e iria apurando. Não seria obrigado a ficar sentado todo mundo, feito estudantes de colégio. O Presidente diz. "Agora!" e todo mundo vota.

Esse problema de votação é importante para o fortalecimento do Legislativo. V. Ex.^{as} se lembram daquele problema dos "pianistas" que ocorreu da vez passada. Muitas vezes a votação demora horas, quando poderia ser realizada em cinco minutos, e poderíamos gastar mais tempo nas discussões, nos debates. Quanto aos projetos de iniciativa parlamentar, esse é outro aspecto importante que temos de discutir. Há algumas sugestões de que os projetos só pudessem ser apresentados através dos partidos; outras, no sentido de que houvesse uma comissão de triagem, para, em primeiro lugar, verificar os projetos. Em terceiro lugar, que eles fossem discutidos na Comissão, e, rejeitados, não mais tramitariam. A idéia desse tema que estou dando...

O SR. CONSTITUINTE VICTOR FACCIONI — Permita-me, nobre Constituinte.

O SR. RELATOR (José Jorge) — Não quero abrir discussão sobre isso. O Presidente está pedindo para não dar o aparte. Minha idéia é a seguinte: estamos dando tema para as pessoas pensarem. Não é para resolver hoje. Por último, há o problema do veto, da derrubada do veto, do **quorum** para derrubar veto etc. Esses foram os aspectos que analisei.

O SR. CONSTITUINTE FARABULINI JÚNIOR — Permita-me lembrar o voto de Liderança, Sr. Relator. É preciso acabar com esse voto de liderança.

O SR. PRESIDENTE (Bocayuva Cunha) — O Relator, Sr. Constituinte José Jorge, apenas enumerou os temas, pedindo aos Constituintes que meditassem sobre eles, porque vão ser debatidos pela Comissão.

O SR. CONSTITUINTE JORGE HAGE — É sobre a enumeração, Sr. Presidente. Não é para debater. É sobre a enumeração, para sugerir que seja colocado também para discussão o tema do projeto de iniciativa popular, porque é a oportunidade melhor que teremos para discutir esse assunto: na hora da iniciativa parlamentar, a iniciativa popular. Inclusive tenho sugestões feitas por solicitação do Sr. Relator. Queria indagar também quando teremos oportunidade de discutir isso, porque, pelo que vejo na programação, todas as próximas reuniões, serão de audiências públicas. Só teríamos uma reunião interna na segunda-feira, às 17h. Está me parecendo muito longe. Talvez fosse o caso de reprogramar aqui e tentar marcar outro horário de reunião para esta semana.

O SR. PRESIDENTE (Bocayuva Cunha) — Por esta programação, Deputado Jorge Hage, teríamos ainda três sessões para debater: seria essa do dia 4, a do dia 5 e a do dia 7. Teríamos três sessões. Eu me proponho amanhã estudar com o Relator e submeter a V. Ex.^{as} a possibilidade de talvez fazermos algumas sessões noturnas.

O SR. CONSTITUINTE JORGE HAGE — Vou convidar para um jantar lá em casa. Aí se debate um bocadinho do assunto.

O SR. PRESIDENTE (Bocayuva Cunha) — Gostaria também de lembrar, antes de encerrar esta sessão, que amanhã à tarde, quinta-feira, dia 29, às 17:00h, teremos três convidados ilustres aqui — o Ministro Célio Borja, o ex-Deputado Nelson Marchezan e o ex-Deputado Flávio Marçílio — que virão dar a sua contribuição como ex-Presidentes desta Casa. Então, lembraria aos Srs. Constituintes que seria importante a presença de todos. De amanhã, às 10:00h, teremos uma reunião na Comissão Temática. O Presidente da Ordem dos Advogados virá fazer aqui um debate.

O SR. CONSTITUINTE JORGE HAGE — Sr. Presidente, ainda com relação à programação, queria lembrar a questão do convite ao Comitê de Imprensa, se isso está confirmado e qual a forma pela qual se optou, porque tínhamos algumas dúvidas sobre isso. Tive oportunidade de conversar com alguns jornalistas qualificados, ligados ao Comitê de Imprensa, e eles manifestaram interesse em fazer duas sugestões: uma, que não nos limitássemos a convidar alguns nomes em especial, como pensamos aqui, mas que, além de indicar esses que gostaríamos de ouvir, também pedíssemos que o próprio Comitê de Imprensa promovesse lá um debate e depois viesse alguém como porta-voz do conjunto do Comitê trazer sua palavra representativa, portanto, já de um debate realizado entre eles, além do convite dirigido, conforme sugeriram alguns jornalistas eméritos. Outra coisa ou até uma alternativa: seria bom pedirmos, também por escrito, sugestões e observações do Comitê de Imprensa.

O SR. PRESIDENTE (Bocayuva Cunha) — Podemos acoplar essas sugestões. Como os convites já foram feitos, vou sugerir ao Relator — vamos discutir isso — que a Comissão se dirija ao Comitê de Imprensa da Câmara e do Senado, solicitando que façam suas reuniões e que nos mandem sugestões por escrito, se acharem necessário. Mas os convites já saíram, já está marcada para o dia 6, às 17:00h, aquela relação de jornalistas sugerida inicialmente pelo Deputado Miro Teixeira.

O SR. CONSTITUINTE JORGE HAGE — Não eliminaria, não. Apenas seria uma complementação pedir que realizassem um debate e viesse o Presidente do Comitê de Imprensa ou alguém por ele indicado nos trazer os resultados de lá.

O SR. PRESIDENTE (Bocayuva Cunha) — Será feito. Acho uma boa sugestão. Bem, nada mais havendo a tratar, ou havendo tanta coisa mais a tratar, fica para amanhã.

Está encerrada a sessão.

COMISSÃO DA ORGANIZAÇÃO ELEITORAL, PARTIDÁRIA E GARANTIA DAS INSTITUIÇÕES.

Subcomissão do Sistema Eleitoral e Partidos Políticos

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quatorze dias do mês de abril do ano de mil novecentos e oitenta e sete, às dez horas e dois minutos, na Sala da Comissão de Relações Exteriores do anexo II do Senado Federal, reuniu-se a Subcomissão do Sistema Eleitoral e Partidos Políticos, sob a Presidência do Senhor Constituinte Israel Pinheiro Filho, com a presença dos Senhores Constituintes Arnaldo Moraes, José Melo, Luiz Soyer, José Agripino, Francisco Rossi, Paulo Delgado, Luiz Marques, Lídice da Mata, Waldyr Pugliesi e Ailton Cordeiro. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declarou iniciados os trabalhos, sendo lida e aprovada, por unanimidade, a Ata da reunião anterior. O Senhor Presidente esclarece aos Senhores Constituintes da necessidade da elaboração de regimento, cronograma, roteiro, calendário, datas de audiência de expositores, de expressão nacional, para debaterem a problemática de sistema brasileiro e que, neste momento, sugere os seguintes nomes: Bolívar Lamounier, Xavier Albuquerque, Francisco Welfort, João Gilberto, Cicero Dumont, Alberto Goldman, Clodomir Millet, Nery da Silveira, Arnaldo Malheiros, Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Presidentes dos Partidos Políticos, com representação na Assembléia Nacional Constituinte, bem como o Presidente do Partido Verde. Concedendo a palavra aos Senhores Constituintes, foram apresentados outros nomes, para o debate, na seguinte ordem: Professor Octávio Mendonça, Eva Evangelista de Souza, Dr. Célio Silva, ex-Ministro do Tribunal Superior Eleitoral, Paulo Brossard, ex-parlamentar e atual Ministro da Justiça, Dr. Francisco Assis Brandão, Presidente do PMDB regional de Goiás, o Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Goiás, Ministro do Tribunal Superior Eleitoral e quatro ou cinco Presidentes dos Tribunais Regionais de Estados e condições econômicas e sociais diferentes, para debaterem sobre o alistamento e apurações nas eleições. O Constituinte Luiz Soyer, pede que a Subcomissão envie, ainda hoje, convite aos nomes sugeridos. O Senhor Presidente, Constituinte Israel Pinheiro Filho, esclarece aos Senhores Constituintes que melhor seria o envio dos convites na próxima quarta-feira, dia vinte e dois, depois de aprovado o calendário dos trabalhos, bem como a escolha dos nomes, uma vez que poderá haver acréscimo ou substituições dos atuais. Os Senhores Constituintes acatam a sugestão, ficando para a próxima reunião a deliberação do plenário. Continuando os trabalhos, o Senhor Relator Francisco Rossi, declara contrário a elaboração de um regimento para a Subcomissão, por se tratar de perda de tempo, em virtude de sua escassez, uma vez que a Comissão da Organização Eleitoral, Partidária e Garantia das Instituições já ter o seu Regimento, razão pela qual esta poderá usar o daquela; com estes esclarecimentos, os

Senhores Constituintes José Agripino, Luiz Soyer, José Melo, Arnaldo Moraes e Paulo Delgado acordam com o Senhor Relator. Prosseguindo a Reunião, o Constituinte José Agripino solicita que, na próxima, seja lida pela Presidência toda a legislação eleitoral, atualizada, para funcionar como ponto de partida. O Senhor Presidente, Constiário ao solicitado esclarecendo que os Senhores Constituintes receberão, antes da próxima Reunião, a publicação na íntegra dos trabalhos da Comissão Intergartidária sobre Legislação Eleitoral e Partidária, bem como a Lei Orgânica dos Partidos Políticos, que servirá de base e de ponto de partida para os futuros debates da Subcomissão. Continuando com a palavra, o Senhor Presidente apresenta à Subcomissão sete temas sobre o sistema eleitoral, para estudos, solicitando, ainda, sugestões aos Senhores Constituintes: eleitor, idade, o analfabeto, o direito de votar e ser votado dos cabos e soldados; voto, obrigatoriedade, majoritário, proporcional; partidos políticos, em todos os seus aspectos; ineligibilidade; reeleição em todos os níveis; duração de mandatos eletivos, abordando a coincidência; e o poder econômico nas eleições. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrado os trabalhos, às doze horas e cinquenta e quatro minutos, cujo teor será publicado, na íntegra, no Diário da Assembléia Nacional Constituinte, convocando os Senhores Constituintes para a próxima Reunião a ser realizada dia vinte e dois de abril, às nove horas e trinta minutos, com a seguinte pauta: votação da escolha dos expositores sobre o sistema eleitoral brasileiro e o calendário dos trabalhos. E, para constar, eu, Sergio da Fonseca Braga, Secretário, lavrei a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

ANEXO À ATA DA 2ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO DO SISTEMA ELEITORAL E PARTIDOS POLÍTICOS, REALIZADA EM 14 DE ABRIL DE 1987.

PRESIDENTE: CONSTITUINTE ISRAEL PINHEIRO FILHO

1.º VICE-PRESIDENTE: CONSTITUINTE JAYME SANTANA

2.º VICE-PRESIDENTE: CONSTITUINTE LÉLIO SOUZA

RELATOR: CONSTITUINTE FRANCISCO ROSSI

O SR. PRESIDENTE (Israel Pinheiro) — Havendo número regimental, declaro abertos os trabalhos da reunião da Subcomissão do Sistema Eleitoral e Partidos Políticos.

O Sr. Secretário procederá à leitura da Ata da reunião anterior.

(É lida e aprovada a Ata da reunião anterior.)

O SR. PRESIDENTE (Israel Pinheiro) — Srs. Constituintes, nesta nossa segunda reunião, eu gostaria de apresentar algumas sugestões para o bom andamento dos nossos trabalhos.

Tive a oportunidade de examinar os cronogramas apresentados pelo Presidente Ulysses Guimarães numa reunião que teve com os Relatores e Presidentes das Comissões e Subcomissões, na semana passada. Desse cronograma, vou solicitar ao nosso Secretário que tire xerox e distribua a todos os membros da Subcomissão.

Dentro dos prazos que o Regimento nos concedeu, foi feito um calendário. Esse calendário eu estou passando às mãos do nosso Relator, para que ele possa, na próxima reunião, trazê-lo adaptado à realidade e às condições específicas da nossa Subcomissão, que mostra os dias de trabalho, as datas de audiência pública; enfim, é um calendário visual do nosso cronograma de trabalho.

Os Srs. Constituintes já devem ter percebido, porque eu recebi do Sr. Presidente e solicitei à nossa Secretaria enviasse a todos os membros as sugestões enviadas a esta Subcomissão. Espero que todos já as tenham recebido em seus gabinetes.

Algumas Comissões e Subcomissões já prepararam os roteiros, o Regimento Interno. Gostaria de ouvir a opinião dos nossos companheiros a respeito da necessidade ou não de se estabelecer um Regimento para a nossa Subcomissão.

Gostaria de ouvir a palavra de todos os componentes da Subcomissão aqui presentes, a respeito desse problema.

Com a palavra o nosso Relator.

O SR. RELATOR (Francisco Rossi) — Eu, pessoalmente, sou contra um regimento interno de Subcomissão. Vamos perder tempo à toa aqui, para discutir algo que já existe nas Comissões, na Assembléia Nacional Constituinte, que serve para Comissões e Subcomissões.

Acho que devemos ser práticos, deixando de lado essa idéia, que pode apenas tomar nosso tempo e não acrescentará nada de prático ao nosso trabalho.

O SR. CONSTITUINTE JOSÉ AGRIPINO — Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Israel Pinheiro) — Concedo a palavra ao nobre Constituinte.

O SR. CONSTITUINTE JOSÉ AGRIPINO — Aduzindo às palavras do Relator, acho que o trabalho da Subcomissão vai ocorrer durante trinta dias, num grupo de vinte e poucos parlamentares. Suponho que o entendimento entre essas pessoas será suficiente para suprir a necessidade de um regimento interno. Entendo que seria perda de tempo. Nós temos que partir para as questões substantivas e apresentar o melhor trabalho possível, no menor espaço de tempo.

O SR. CONSTITUINTE LUIZ SOYER — De pleno acordo com a sugestão do Relator.

O SR. CONSTITUINTE JOSÉ MELO — O meu entendimento é no mesmo diapasão das demais intervenções. Uma vez que nós nos reuniremos apenas trinta dias para apreciar o parecer do Relator, não há necessidade de Regimento.

O SR. CONSTITUINTE ARNALDO MORAES — De acordo com as manifestações, sou contra o Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Israel Pinheiro Filho) — Pela manifestação unânime dos membros da Comissão, obviamente não há necessidade de Regimento Interno.

Uma Constituição tem que ser feita em cima de algo concreto. Mas como decidimos que a nossa será feita a partir do zero, sugiro também sujeito à discussão do Plenário, que devemos escolher temas relacionados ao objetivo da nossa Subcomissão. Então, apresento aqui uma suges-

tão, que passo a ler e depois vou entregá-la ao Relator, para que ele, ouvido o Plenário, possa tomar a decisão definitiva, para a colocarmos em votação na próxima reunião.

Dividi em sete partes o assunto de que trataremos aqui e espero receber sugestões:

a) o eleitor. Sua idade, o voto do analfabeto, a votação de cabos e soldados, enfim, tudo a respeito do eleitor;

b) o voto. Se o voto é obrigatório, se o voto é universal, se o voto é secreto e se o voto é majoritário ou proporcional que, evidentemente, é o assunto do sistema do voto distrital ou não;

c) partidos políticos. Sua livre organização; percentuais de sua representação nas Câmaras, no Congresso; se vamos ter uma lei ordinária regulando o seu funcionamento; fidelidade partidária; enfim, tudo a respeito dos partidos políticos;

d) inelegibilidade. Toda a matéria concenente à inelegibilidade;

e) reeleição. Tudo que se tratar de reeleição em todos os níveis;

f) duração de mandatos. Coincidência ou não dos mandatos municipais, estaduais, federais.

Já recebi uma sugestão do Constituinte José Agripino: o poder econômico nas eleições.

São as sugestões que faço, para esclarecermos o assunto, para começarmos a discutir esses temas sobre os quais nós vamos decidir na próxima reunião. Está em discussão.

Passo a palavra ao nosso relator.

O SR. RELATOR (Francisco Rossi) — Iniciamos nossos trabalhos numa época muito atípica, Semana Santa; na outra semana nós vamos ter um feriado nacional que, pela nova lei, cai na segunda-feira. Eu creio que seria um pouco temerário colocarmos essa pauta na próxima reunião, porque eu acho que nós iremos contar com um número pequeno de colegas aqui, a exemplo do que está ocorrendo hoje.

Eu sugeriria, Sr. Presidente, que tivéssemos uma pauta, para que votássemos em meados da outra semana, e não na próxima semana. Não poderemos votar essa pauta na próxima reunião, porque seria amanhã. Nós a teríamos que colocar em votação na próxima semana, quarta-feira ou quinta-feira.

Eu sugiro essa possibilidade.

O SR. PRESIDENTE (Israel Pinheiro) — Eu concordo com V. Ex. Mas a minha sugestão é que façamos, agora, uma minuta da pauta. Já estamos aqui colhendo sugestões para votá-la quarta-feira ou quinta e torná-la definitiva.

O SR. RELATOR (Francisco Rossi) — Certo.

O SR. CONSTITUINTE JOSÉ AGRIPINO — Acho que está prevista uma reunião para amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Israel Pinheiro) — Está.

O SR. CONSTITUINTE JOSÉ AGRIPINO — Não creio que venha a ocorrer número para deliberação. Foram alinhados alguns pontos que serão polêmicos e que serão suscetíveis de discussão.

Acho que seria conveniente, para nós todos, na reunião de amanhã, em que eu julgo proveitoso também ocorrer uma leitura completa da atual legislação, para que se possa, mesmo num grupo pequeno, levantar, com mais propriedade, as questões polêmicas que venham a ser suscetíveis

de discussão, e assinalando os pontos que serão sugeridos ao plenário, por inteiro, para discussão, apreciação e modificação, se for o caso.

Partiríamos do marco zero da atual legislação, levantaríamos as questões e na próxima semana, com os fatos já amadurecidos, poderíamos partir para um caminho mais definitivo. Essa a sugestão que eu quero deixar.

O SR. PRESIDENTE (Israel Pinheiro) — A sugestão de V. Ex.^a é muito boa, mas eu poderia até ajudá-lo.

No ano passado foi organizada a Comissão Interpartidária; não foi nem Comissão Mista do Senado, para tratar exatamente da Legislação Eleitoral e Partidária.

Solicitei, já, da nossa secretaria, para providenciar o **Diário do Congresso Nacional** que publicou todas as Atas, todos os debates. E com isto V. Ex.^a terá todo o subsídio necessário para estudar, porque todos os problemas foram levantados. Pelo menos houve uma tentativa de melhorar.

Eu tive a honra de participar dessa Comissão Interpartidária; todos os partidos foram representados nessa comissão, e levantou-se, na conclusão final, uma lei partidária, uma lei eleitoral, que não foi votada pelo Congresso; mas a lei existe.

Aliás, eu solicitaria à Secretaria que também providenciasse a minuta da Lei Eleitoral e Partidária que não foi votada, porque não houve interesse político, mas que foi apresentada pelo Constituinte que foi também o Relator, o Constituinte João Gilberto. Todo o assunto daqui foi tratado lá.

O SR. CONSTITUINTE JOSÉ AGRIPINO — No caso, então, Presidente, nós teríamos dois pontos: o inicial, que seria a atual legislação, e o intermediário, que seria esse trabalho, resultado de muitas horas de estudos e que pode ser um ponto de análise da Subcomissão.

O SR. PRESIDENTE (Israel Pinheiro) — Acho que poderá colaborar muito; foi no ano passado, mas está mais ou menos atualizada.

O SR. RELATOR (Francisco Rossi) — Se pudéssemos colher esse material para leitura nos gabinetes ou em casa, seria oportuno, porque aqui acho que tomaria muito tempo.

O SR. PRESIDENTE (Israel Pinheiro) — O Secretário está informando que, na parte da tarde, todos os membros receberão essa legislação.

Alguém deseja discutir mais sobre esta matéria? (Pausa.)

O SR. RELATOR (Francisco Rossi) — Hoje, creio que todos já devem estar esclarecidos e já poderiam colocar, a nível de sugestão, para que nós fôssemos colher as idéias, as sugestões, e preparássemos a pauta com as sugestões dos Constituintes que hoje estão aqui.

O SR. CONSTITUINTE PAULO DELGADO — Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Israel Pinheiro) — Com a palavra o Constituinte Paulo Delgado.

O SR. CONSTITUINTE PAULO DELGADO — Gostaria de saber da Presidência e do Relator se existe uma proposta, sobre o que nós faríamos na Subcomissão nesses dias que foram fixados, através dessa correspondência que nós recebemos no gabinete — 14, 15, 21 e 23 — ou se

nós teríamos um calendário para esse mês de funcionamento da Subcomissão, quando entram as audiências públicas. Penso que se nós começarmos já a discutir os temas polêmicos, sem pensar num cronograma de funcionamento da Subcomissão, nós podemos, talvez, atropelar uma discussão ou aproveitar de maneira insuficiente, aqueles convidados que nós queremos trazer aqui, para esclarecer a Subcomissão, e também não termos a visão de que o conjunto da sociedade tem sobre o tema da nossa Subcomissão.

Acho importante arrolar esses temas que a Presidência e outros Constituintes da Subcomissão consideram polêmicos. Nós deveríamos neste momento aproveitar a nossa reunião, para propor um calendário de funcionamento da nossa Subcomissão, porque, inclusive, eu tenho propostas de convite a fazer a pessoas para estarem aqui nas audiências. Um deles apresentado pela própria Presidência é o Professor Francisco que precisaria ser comunicado com antecedência, para que possa ter essa disponibilidade de tempo.

A minha proposta é que discutamos um calendário; primeiro, um organograma de funcionamento da nossa Subcomissão, para aí introduzirmos em que dia discutiremos pontos polêmicos, em que dia teremos as audiências. Esta é a minha proposta.

O SR. PRESIDENTE (Israel Pinheiro) — O Relator vai responder a V. Ex.^a.

O SR. RELATOR (Francisco Rossi) — Eu creio que devamos ser pragmáticos. Eu já estive aqui, nesta Casa, de 79 a 83, e nós sabemos que a presença física dos Constituintes impõe algumas limitações, às vezes, no exercício do trabalho das Comissões e daqueles que estão mais interessados em estar presentes na Casa.

Creio que um calendário que possamos fixar aqui deva partir de três dias básicos que seriam terça, quarta e quinta, deixando em aberto segunda e sexta para alguma eventual providência ou, quem sabe até, como datas reservadas para que se possa romper algum debate, alguma audiência. Estou vendo aqui um calendário que foi elaborado por uma das Subcomissões que o Presidente me passou; não sei qual seria a Subcomissão, em que se percebe claramente que tomam como dias-base para o trabalho terça, quarta e quinta. Tem a segunda-feira, mas nota-se que segunda, e às vezes sexta, foram colocados mais como dias que poderiam ser aproveitados, porque no decorrer das reuniões que nós vamos promover aqui, idéias poderão surgir, e poderemos mudar a destinação desses dias, para aquilo que a Subcomissão bem entender que deva ser destinado.

Basicamente, vamos contar com um número expressivo de Constituintes aqui na terça, na quarta e na quinta-feira. Então, devemos partir desses três dias; deixando segunda e sexta-feiras para outra atividade.

Alguém poderia sugerir algo. Estou vendo aqui: segunda-feira dia 13; Sessão, Regimento Interno e Roteiro; dia vinte, não tem nada. Na sexta-feira, matéria em pauta. Seguramente, essa colocação "sexta-feira, matéria em pauta", quem organizou o organograma está contando talvez até com a possibilidade da não realização da reunião.

Na outra sexta-feira, também haverá debate de matéria em pauta, que seria no dia 8 de maio.

Sou muito prático. Acho que devemos nos fixar nas terças, quartas e quintas, deixando segunda e sexta em aberto, para alguma providência que eventualmente se possa tomar.

O SR. CONSTITUINTE JOÃO AGRIPINO — Sr. Relator, tenho a impressão de que a sugestão do Constituinte Paulo Delgado se refere à ordenação dos trabalhos. Acho que S. Ex.^a pretendeu levantar a questão e por onde começar: se pela discussão dos temas ou se pela audiência das pessoas que poderão vir a contribuir com sugestões, porque cada um de nós, evidentemente, tem o seu ponto de vista, que poderá sofrer alguma alteração, inclusive em depoimentos que possam vir a ser prestados aqui no Plenário. Acho que a sugestão de S. Ex.^a que é válida, e com a qual concordo, seria a montagem do cronograma, a começar pela audiência de pessoas que viriam ter uma contribuição a dar ao Plenário; e, em seguida, após a audiência, aí sim, discutir-se em Plenário os pontos polêmicos. Acho que S. Ex.^a tem razão.

O SR. RELATOR (Francisco Rossi) — Acho muito oportuna e pertinente a sua sugestão, mas creio que — é uma opinião pessoal, minha — uma coisa não impedirá que a outra possa ser feita. O prazo nosso aqui é curto. Nada impede que, a partir de hoje, já possamos estar dando nossas sugestões. No momento em que vier alguém, aqui, dar contribuição, que possamos aproveitá-la sem prejuízo da pauta que eventualmente fixemos. É opinião minha, pessoal.

O SR. CONSTITUINTE PAULO DELGADO — O que gostaria de deixar claro, para facilitar o nosso trabalho, é o seguinte: por exemplo, em relação às audiências públicas, se os membros da Comissão aprovarem — hoje não temos condições de a deliberar — poderíamos hoje levantar todos os nomes ou entidades que Subcomissão pensa em convocar, para que se delibere terça ou quarta-feira, e passe então, a se fazer os convites.

A partir daí, se aprovarmos que qualquer membro da Comissão, a partir da aprovação das entidades e dos nomes a serem convidados, está em condições de convidar a qualquer dia, na terça, quarta e quinta — se aprovarmos, por exemplo, que serão estes os dias em que nós funcionaremos como Comissão — fica mais fácil convocarmos os membros de entidades e essas pessoas públicas para virem aqui. Do contrário, não temos nem como fazer o convite.

O SR. RELATOR (Francisco Rossi) — Por isso, vamos determinar, este cronograma, os dias destinados às audiências.

Eu havia entendido que o Constituinte estaria preocupado em se colocar eventualmente essas audiências, antecendo-se à elaboração de uma pauta que pudesse ser o ponto inicial das discussões. Seria isso?

O SR. CONSTITUINTE PAULO DELGADO — Minha proposta é nesse sentido. Agora, compreendo que nem todos os convidados poderão comparecer antes dos debates. Nesse ponto, concordo com o relator em que poderemos combinar, em separar por temas, esse conjunto de temas polêmicos, para que se dê ciência que estarão sendo discutidos determinados temas em tais

dias, para termos aqui todos os membros da Comissão no momento dessas discussões.

O SR. RELATOR (Francisco Rossi) — Acho difícil condicionar o tema à presença dos debatedores, daqueles que virão aqui fazer as suas exposições. Mas é uma opinião pessoal.

O SR. CONSTITUINTE LUIZ SOYER — Perguntaria se já existem algumas demonstrações de interesse de pessoas ou entidades para virem aqui debater esses temas.

O SR. PRESIDENTE (Israel Pinheiro) — Solicitaria de cada Constituinte que, ao falar ou ao apertar, em primeiro lugar, apertasse o botão ao lado do microfone; em segundo lugar, nominasse, se identificasse, por causa da gravação.

O SR. CONSTITUINTE LUIZ SOYER — Gostaria de uma informação: já existe solicitação de pessoas ou representantes de entidades para virem a esta Subcomissão?

O SR. RELATOR (Francisco Rossi) — O Presidente sugeriu alguns nomes aqui. Eu desconheço se foi encaminhada à Presidência solicitação de alguma entidade ou de pessoas que queiram vir. Creio que não. O Presidente sugeriu nomes da maior expressão a nível nacional. Não sei se há disponibilidade de tempo, mas eu sugeriria o Arnaldo Malheiros, que é um dos grandes especialistas em Direito Eleitoral no País, e a quem possa ter nomes a serem sugeridos aqui.

O SR. PRESIDENTE (Israel Pinheiro) — Vou fazer a leitura dos nomes que sugeri, que poderão ser acrescidos de outros nomes, dependendo do Plenário.

Sugeri os seguintes nomes: Boulevard Lamonnier, Xavier de Albuquerque, Francisco Belfort, João Gilberto, Cicero Dumont, Alberto Goldman, Clodomir Millet, Nery da Silveira, e Arnaldo Malheiros, agora acatando a sugestão do nosso relator. Se houver algum outro nome...

O SR. CONSTITUINTE PAULO DELGADO — Gostaria de sugerir, além do Professor Francisco Belfort, que já foi apresentado pela Mesa, a Professora Maria Vitória Benevides, de São Paulo, a Professora Maria do Carmo Campelo de Souza, também de São Paulo, representantes do CEBRAP e do CEDEC, dois centros de estudos sócio-políticos de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Israel Pinheiro) — Algum outro Sr. Constituinte deseja apresentar mais algum outro nome?

O SR. CONSTITUINTE JOÃO AGRIPINO — Professor Célio Silva.

O SR. CONSTITUINTE ARNALDO MORAES — Sugiro o Professor Otávio Mendonça.

O SR. CONSTITUINTE LUIZ SOYER — Sugeria, então, que fossem enviados convites a essas pessoas hoje mesmo, para ganharmos tempo, dizendo da intenção da Subcomissão de ouvi-los — os nomes deles foram citados — e que gostaríamos que eles confirmassem a presença nos dias tais, tais e tais, dependendo, depois desse retorno confirmar-se, ratificar-se esta data pela Comissão, porque poderá haver choques de dias.

O SR. PRESIDENTE (Israel Pinheiro Filho) — Minha sugestão é que deveríamos debater e, em primeiro lugar, aprovar a lista de nomes e o calen-

dário que o Relator irá providenciar até a próxima quarta-feira. Aprovado esse calendário, aí, sim, é que poderemos fazer os convites. Porque, no momento, não temos as datas marcadas, e os nomes serão aprovados também na próxima reunião de quarta-feira. Aprovaremos os nomes e os calendários. Aí, sim, ao final da reunião, poderá a Secretaria providenciar os convites.

Queria apresentar à discussão outro problema: como seria a sistemática que deveremos adotar para a convocação dessas personalidades? Faço uma sugestão em função da experiência passada, relativamente à discussão da Comissão Interpartidária. Percebi que, quando vem um só aqui fazer uma exposição, às vezes ela extrapola muito do assunto e fica um pouco cansativa. Minha sugestão é que, ouvido o Plenário, seja estabelecida uma espécie de mesa redonda, no máximo com quatro convidados, com a pauta preestabelecida em poucos minutos, uma espécie de um debate simultâneo, com a participação dos quatro e, evidentemente, dos membros da Comissão. Fica mais dinâmico e mais interessante.

É a sugestão que faço, e que também devemos aprovar na próxima quarta-feira, para avisar aos convidados que eles participarão de mesas redondas e receberão também uma pauta, da qual não poderão fugir.

O SR. CONSTITUINTE LUIZ SOYER — Eu perguntaria: por que não terça?

O SR. PRESIDENTE (Israel Pinheiro Filho) — Porque já decidimos que a próxima reunião será quarta-feira, pois terça é dia 21 de abril.

O SR. CONSTITUINTE LUIZ SOYER — Mas no dia 21 de abril já teremos uma sessão solene às quinze horas em homenagem a Tancredo Neves, para a qual, já fomos convocados pelo Presidente Ulysses.

Acredito que poderemos aproveitar a terça-feira, antecipando essa reunião — estou pensando no ganho de tempo.

O SR. PRESIDENTE (Israel Pinheiro Filho) — Não há inconveniente; é só combinar. Podemos fazer na terça à noite, às dezoito e trinta. Por isso é que sugeri: vamos deixar tudo pronto para votarmos, tomarmos uma decisão final, na terça-feira, a respeito dos nomes, do cronograma.

O SR. RELATOR (Francisco Rossi) — Sr. Presidente, o nosso Regimento criou uma dificuldade muito séria para todos nós. Ele determina maioria absoluta para que possamos deliberar aqui e isso criará algumas dificuldades.

Sugeria que também fôssemos pragmáticos. Já estamos percebendo as pessoas mais interessadas, já no dia de hoje, em relação aos trabalhos daqui da Subcomissão. Conheço também como funciona o trabalho aqui. Vamos ter algumas dificuldades para deliberar, aqui, se formos seguir ao pé da letra o Regimento.

Se ficarmos na dependência dessa maioria que o Regimento fixa, vamos ter dificuldades para aprovar o temário, o cronograma. Deveremos determinar aqui, no mais tardar a partir da próxima reunião, que as decisões devam ser tomadas pela maioria dos presentes.

O SR. CONSTITUINTE JOÃO AGRIPINO — Eu faria uma sugestão: o Presidente consultaria os presentes sobre se concordariam ou não em deliberar. Se a maioria concordar, que se delibere.

Não se pode obrigar a ninguém a comparecer às reuniões, mas que os presentes decidam se vão deliberar ou não.

O que me preocupa, como é também a preocupação de V. Ex.^a, é o pragmatismo dos nossos trabalhos. A audiência às pessoas, aos notáveis que foram nominados aqui, é de fundamental importância para que os trabalhos cheguem realmente a uma conclusão exequível e consultem o interesse nacional.

A forma de fazer está preocupando-me porque, se cada um dos nominados vier aqui fazer uma exposição ampla sobre os diversos temas em torno de legislação eleitoral e partidária, vamos chegar ao final de julho ouvindo pessoas.

Não sei se a melhor idéia seria a do Presidente — mesas-redondas, — uma espécie de **brainstorm** — ou se se designaria para cada um dos convidados um tema específico dentro da sua especialidade, para que ele pudesse dar uma contribuição específica dentro daquilo que ele conhece melhor. Talvez isso fixasse para apreciação na próxima reunião: como se trabalharia com aqueles que irão trazer a sua opinião aqui — se dentro de mesas-redondas ou se dentro de temas específicos, onde dariam melhor contribuição dentro do seu nível de preparo.

O SR. RELATOR (Francisco Rossi) — Inclusive já temos um número expressivo. Acho até que deveríamos fazer uma triagem, não para selecionar a nível de valores; o Constituinte sugere quatro nomes: que se fizesse opção, digamos, por um. Já estamos agora com 12 ou 13 nomes.

O SR. PRESIDENTE (Israel Pinheiro) — Ainda há os Presidentes dos partidos políticos com representação na Assembléia Nacional Constituinte.

O SR. RELATOR (Francisco Rossi) — Não temos tempo hábil; nosso tempo é exíguo.

Outra dificuldade também, Sr. Presidente: como faremos para contar com a presença desses convidados? Existem passagens em disponibilidade oferecidas pela Casa?

O SR. PRESIDENTE (Israel Pinheiro) — Isso não é problema. O importante, realmente, é que já há onze Presidentes de partidos políticos e mais 24. Se convocarmos quatro de cada vez para uma mesa-redonda, poderemos chegar até 32 membros, admitindo o máximo de audiências públicas que o Regimento permite, que são oito. Podemos chegar a 25, a 30 nomes, dependendo de que o Plenário concorde que seja uma mesa-redonda com a presença de quatro em cada reunião. Essa é uma decisão que tem de ser tomada, em função do número de sugestões a convidados.

O SR. CONSTITUINTE PAULO DELGADO — Tenho uma sugestão: na reunião da próxima semana, concordo que não devam ser exposições de um único orador, pelo que pode significar inclusive de visão de um único ponto de vista sobre o sistema eleitoral. Na próxima semana, na próxima reunião da nossa Subcomissão, cada um dos colegas que apresentaram sugestão cuide de indicar, em qual desses temas polêmicos o expositor se encaixaria mais ou menos. Eu, por exemplo, quando faço a indicação de algumas pessoas que penso que poderiam trazer alguma contribuição a Subcomissão, faço dentro de uma determinada visão que essas pessoas têm do sistema eleitoral e dos partidos políticos no Brasil. E seria interes-

sante, por exemplo, que cuidássemos, nos debates, na mesa-redonda de quatro, que tivessem posições divergentes, visões diferentes. Se não organizarmos isso de maneira cuidadosa, poderemos ter, por exemplo, quatro expositores rigorosamente com a mesma opinião e teremos, na verdade, uma reunião enfadonha.

Proponho que trouxéssemos, na nossa próxima reunião da semana que vem, o que cada um dos expositores tem, os pontos mínimos, a visão que têm do sistema eleitoral. Se tivermos, por exemplo, um que defende o voto proporcional misto, como o Professor Boulevard Lamounier, por exemplo, eu conheço a proposta dele, e conheço a proposta do Professor Francisco Belfort. Acho fundamental que os dois estejam na mesma reunião pelo caráter polar das suas opiniões em relação ao sistema eleitoral.

É uma sugestão que eu faço: que tenhamos o cuidado de trazer, na próxima semana, uma visão aproximada, porque nós, aqui, rapidamente, marcaríamos as audiências e convidaríamos já os quatro para cada uma dessas reuniões, com a possibilidade, evidente, de haver alguma modificação, por causa de adequação de horário e disponibilidade de cada um.

O SR. CONSTITUINTE LUIZ SOYER — Sr. Presidente, queria incluir o nome do Dr. Francisco Assis Brandão, Presidente do PMDB de Goiás, que é especialista nesta área também. Pela idéia do colega Paulo Delgado em síntese, os expositores seriam selecionados por temas, dentro desse rol de temas apresentados. Realmente, aí teremos maiores e mais diversificadas informações. Concordo com essa idéia cada um de nós, já tendo esta relação de temas hoje, devemos procurar um entendimento com as pessoas apresentadas, e, na próxima reunião de terça-feira, se for o caso, já trazer a preferência destes convidados para este ou aquele tema, para que se possa organizar o roteiro total.

O SR. PRESIDENTE (Israel Pinheiro) — O Relator estava querendo saber se, em Brasília, continua sendo feriado na terça-feira. O problema é esse.

O SR. CONSTITUINTE LUIZ SOYER — A respeito disso, conforme já foi devidamente esclarecido, os dias próprios para se tratar e se obter número são terça, quarta e quinta. Mas, como, mesmo sem haver a solenidade em Brasília, a segunda-feira já é feriado, então o Deputado não vem mais na terça, virá na quarta, nesta semana pelo menos.

De maneira que acho que seria provavelmente difícil obtermos número na terça-feira. Na quarta-feira é mais provável. Até porque há muita gente que, em face do meio-feriado na terça-feira, só chegará na quarta de manhã; então, faríamos na quarta à tarde, quando teríamos grandes possibilidades de obtermos número.

O SR. PRESIDENTE (Israel Pinheiro) — Mas à tarde há o problema do Plenário da Assembléia Nacional Constituinte.

O SR. CONSTITUINTE LUIZ SOYER — Então, faremos ao meio-dia.

O SR. PRESIDENTE (Israel Pinheiro) — Está proibido. Só pode ser às 9h30min. Está no Regimento. Ou às 17h30min. Coloco em votação. (Pausa.)

O SR. CONSTITUINTE (Luiz Soyer) — Eu sou novato. Mas pensando nessa sessão solene estou achando que haverá número. Mas os Constituintes veteranos são os que têm mais experiência.

O SR. PRESIDENTE (Israel Pinheiro) — V. Ex^a é de Goiás.

O SR. CONSTITUINTE (LUIZ SOYER) — Reconheço isso.

O SR. PRESIDENTE (Israel Pinheiro) — Mas quando se está longe daqui é muito difícil.

Concordo que quarta-feira é o dia mais adequado. Mas vamos decidir tudo na quarta-feira; isso é importante, e não podemos mais adiar. Tomaremos as decisões todas que discutirmos aqui na quarta-feira.

O SR. CONSTITUINTE JOSÉ AGRIPINO — Acho que todo mundo está consciente de que nós estamos elaborando uma Constituição. Nós não estamos em tempo normal de Congresso Nacional; por isso, devemos marcar para às 9 e 30 da manhã e confiar na responsabilidade de cada um. Porque se começarmos a afrouxar a partir de agora, nós não conseguiremos chegar a lugar nenhum. Temos que fixar às 9:30 da manhã, dar publicidade dos nossos trabalhos e obrigar a frequência a partir de resultados, porque do contrário faremos aqui um jogo de faz-de-conta.

O SR. PRESIDENTE (Israel Pinheiro) — Está decidido. Eu concordo com V. Ex^a. Então, fica convocada a Subcomissão para quarta-feira, às 9:30 Vou sugerir à Secretaria que envie toda a documentação, a Lei atual, a Lei Orgânica dos Partidos, as sugestões, a lista dos convidados, a pauta, para poder ser emendada, enfim, tudo o que nós discutimos aqui.

Essa documentação será enviada a todos, efetivos e suplentes; todos a receberão até amanhã, no máximo, ou até hoje, se for possível, estará em todos os gabinetes. Na quarta-feira, tomaremos a decisão final. O Relator irá preparar a sua pauta, o cronograma.

A minha sugestão em relação a presidentes de partidos políticos são os 11 que se compõem com representantes na Assembléia. Sugiro que um Presidente de Partido que não tenha representantes seja também convidado e proponho o nome do Partido Verde, que é um partido que é muito original no contexto político nacional, que ele seja convidado também para vir participar dos debates. Mas isso tudo está em termos de sugestões para nós decidirmos na quarta-feira. Há algum assunto mais que mereça atenção?

O SR. CONSTITUINTE LUIZ SOYER — Sr. Presidente, eu sugiro que, devido à importância dessa reunião em que serão definidos os marcos iniciais do nosso trabalho, efetivamente, que sejam também emitidos telex para todos os demais membros, solicitando veementemente a presença nesta reunião.

O SR. PRESIDENTE (Israel Pinheiro) — Pedi ao Secretário que enviasse telex ao próprio domicílio dos Srs. Constituintes, às suas residências nos Estados.

O SR. CONSTITUINTE LUIZ SOYER — Certo.

O SR. PRESIDENTE (Israel Pinheiro) — Vamos estender essa comunicação ao domicílio regional do Constituinte.

O SR. CONSTITUINTE LUIZ SOYER — Participei em outra reunião há pouco tempo, e parece-me que houve um entendimento entre os Partidos das Comissões com o Presidente Ulysses Guimarães, no sentido de se obter meio para se poder agilizar inclusive visitas a outros Estados, parece que já houve uma decisão nesse sentido.

O SR. RELATOR (Francisco Rossi) — Creio que Membros de uma das Comissões — não me lembro qual — deverão ir a São Paulo por estes dias.

O SR. CONSTITUINTE LUIZ SOYER — É desta que faço parte.

O SR. RELATOR (Francisco Rossi) — Não sei; talvez nós pudéssemos, eventualmente, criar um fato político com a presença da Comissão em algum Estado. Esta é uma proposta que coloco aqui e fica em aberto, até para gerar um fato político, porque eu tenho sido muito procurado, estes dias, por presidentes de pequenos Partidos que estão preocupados com a continuidade, com a continuação ou não desses Partidos pequenos. Noto que a nossa Subcomissão, embora o tema não seja assim tão vasto, irá despertar muito interesse nos temas que serão debatidos e discutidos aqui, porque dizem respeito a toda a sociedade brasileira de perto. A classe política vai, num dado momento, voltar as suas vistas totalmente para os nossos trabalhos. Seria interessante gerarmos até um fato político, quem sabe até com as nossas presenças em algum Estado.

O SR. CONSTITUINTE LUIZ SOYER — Realmente, eu fiz parte da Comissão de Meio Ambiente, e já estão decididas viagens ao Pantanal do Mato Grosso, à favela do Paranoá, aqui em Brasília, em Cubatão e também no Rio de Janeiro, porém, acho que é um fato um pouco diferente...

O SR. PRESIDENTE (Israel Pinheiro) — É diferente da nossa Subcomissão.

O SR. CONSTITUINTE LUIZ SOYER — ...porque em nosso caso eu não vejo necessidade de esgotamento.

O SR. PRESIDENTE (Israel Pinheiro) — Eu também acho que não. Em princípio poderá haver alguma sugestão. A nossa Subcomissão não tem necessidade de se deslocar para outros Estados.

O SR. RELATOR (Francisco Rossi) — A menos que seja para visitar os Tribunais Regionais Eleitorais...

O SR. PRESIDENTE (Israel Pinheiro) — Isto pode acontecer.

O SR. RELATOR (Francisco Rossi) — ...e observar o quanto é complicado para a Justiça Eleitoral cuidar de partidos políticos. Por exemplo, na defesa do ponto de vista de que os partidos políticos devem estar desvinculados da Justiça Eleitoral,

que é uma das propostas que eu trago para esta Subcomissão, nós poderíamos entender que seria importante que, ao visitar Tribunais Regionais Eleitorais e Justiças Eleitorais Municipais, observar o quanto isso tem feito a sobrecarga do Sistema Eleitoral Brasileiro, quando a Justiça deveria cuidar exclusivamente das eleições e da garantia de que as eleições funcionassem de maneira a mais eficaz possível. Parece-me que essa é a única possibilidade que a nossa Subcomissão teria de se deslocar — salvo algum fenômeno político de relevância nacional nesse período, que atinja a partidos políticos, atinja o Sistema Eleitoral Brasileiro, que não parece estar no horizonte.

Gostaria inclusive, na questão de sugestões, de saber da Presidência da Subcomissão se está pensando em um convite ao Ministro do Tribunal Superior Eleitoral para vir à nossa Subcomissão fazer uma exposição sobre o que ela representa hoje, até em relação ao funcionamento do Sistema Eleitoral, em termos de custo para o País; o que representa, hoje, uma eleição. A nossa Subcomissão — na quarta-feira eu pretendo trazer isto para discussão — terá que apresentar, seja ao Congresso Nacional, à Câmara dos Deputados ou ao Senado na segunda-feira, nas suas sessões ordinárias, mostrará ao Tribunal Superior Eleitoral como funcionarão os partidos políticos nesse período em que está funcionando a Constituinte. Muitos dos partidos políticos estão tendo dificuldades inclusive de adquirir ficha de filiação partidária, em virtude da decisão de alguns Tribunais Eleitorais de que haverá modificação do Sistema Eleitoral, modificação do Sistema de Cadastramento Eleitoral. Penso que sobre algumas questões emergenciais a nossa Subcomissão terá que se posicionar, para orientar os partidos políticos brasileiros nesse período que vai da instalação da Constituinte até a elaboração final do texto constitucional.

O SR. CONSTITUINTE LUIZ SOYER — Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Israel Pinheiro) — Concedo a palavra ao Constituinte Luiz Soyer.

O SR. CONSTITUINTE LUIZ SOYER — Querida também, complementando, dizer que acho uma idéia espetacular que se convidasse o Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, três ou quatro presidentes de Tribunais Regionais de Estados, de diferentes condições, para aqui participarem de uma mesa-redonda.

O SR. PRESIDENTE (Israel Pinheiro) — Antes de encerrar a reunião, eu vou pedir a cada Constituinte que apresentou sugestões que o faça por escrito, colocando o seu nome e, se possível, algum meio de comunicação com o convidado, para facilitar o trabalho da Secretaria, já que muitas sugestões foram feitas.

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a reunião, convocando outra para quarta-feira, dia 22, às 9:30 horas.

Muito obrigado a todos.

(Levanta-se a reunião às 10 horas e 54 minutos.)

COMISSÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO, ORÇAMENTO E FINANÇAS

Subcomissão de Tributos, Participação e Distribuição das Receitas

ATA DA 7ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, COM AUDIÊNCIA PÚBLICA, REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 1987

Aos trinta dias do mês de abril do ano de mil novecentos e oitenta e sete, às dezessete horas e vinte e cinco minutos, no plenário da Subcomissão de Tributos, Participação e Distribuição das Receitas, reuniu-se esta Subcomissão, sob a Presidência do Senhor Constituinte Benito Gama, presentes os seguintes Senhores Constituintes, membros efetivos: Domingos Juvenil, Fernando Bezerra Coelho, Geraldo Fleming, Ivo Vanderlinde, Nion Albernaz, Osmundo Rebouças, Gerson Camata, Mussa Demes, Simão Sessim, João Castelo, José Luiz de Sá e José Maria Eymael; e ausentes: Affonso Camargo, Jutahy Magalhães, Airton Sandoval, Irajá Rodrigues, Jesus Tajra, José Tinoco, Adhemar de Barros Filho, Carlos Virgílio, Roberto Torres e Virgílio Guimarães; presentes, ainda, os demais membros da Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças, os Senhores Constituintes: Expedito Machado, Darcy Deitos e Orlando Bezerra; os Constituintes: Eraldo Trindade e Paulo Maccarini; os expositores: Dr. Hugo de Brito Machado, Professor de Direito Tributário da Universidade Federal do Ceará, que apresentou o trabalho "Constituinte e Reforma Tributária," e Dr. Orlando Caliman, Professor de Economia da Universidade Federal do Espírito Santo, que apresentou o trabalho "Exposição à Subcomissão de Tributos, Participação e Distribuição das Receitas". Havendo número regimental, o Senhor Presidente declarou iniciados os trabalhos e solicitou fosse dispensada a leitura da Ata da reunião anterior, que foi considerada aprovada por unanimidade. Em seguida leu o Expediente, constante de comunicação das Sugestões recebidas de Constituintes, encaminhadas pela Mesa, e Sugestões recebidas de entidades ouvidas em reunião da Subcomissão em 29-4-87, enviadas ao Senhor Relator. Findo o Expediente, o Senhor Presidente Benito Gama comunicou aos presentes ter mantido às quinze horas, juntamente com membros presentes da Subcomissão, reunião no plenário do Órgão, com a Frente Municipalista Nacional — a qual considerou como parte integrante desta reunião — representada pelo Dr. Baldonado Arthur Napoleão, Coordenador da citada Frente e Prefeito de Barroso — MG, que apresentou o trabalho "Proposições Apresentadas pela Frente Municipalista Nacional à Subcomissão de Tributos, Participação e Distribuição das Receitas da Assembléia Nacional Constituinte", e, ainda, presentes as seguintes personalidades: Cláudio A. Giannimi, Coordenador da Frente Municipalista Nacional — FMN; Dr. Guilherme

Luiz da S. Tambellini, Assessor da Frente Municipalista Nacional — FMN; Dr. Edgar Neves da Silva, Conselheiro Honorário da Frente Municipalista Nacional — FMN; Dr. Rubens N. Chemin, Secretário Executivo da Presidência da Frente Municipalista Nacional — FMN; Dr. Jayme Alípio de Barros, Conselheiro Honorário da Frente Municipalista Nacional — FMN; Dr. Luis Cesar Amad Costa, Iro Honorário da Frente Municipalista Nacional — FMN; Dr. Aurílio Sérgio C. Caiado, Secretário Executivo da Frente Municipalista Nacional — FMN, em Brasília e Dr. Francisco Xavier da Silva, Presidente da APRECE — CE. A seguir o Senhor Presidente convidou os expositores, Dr. Hugo de Brito Machado e Dr. Orlando Caliman, sucessivamente, a assentarem-se à mesa e proferirem suas palestras. A seguir o Senhor Presidente passou a Presidência ao Senhor Constituinte Mussa Demes. Findas as palestras, o Senhor Constituinte Mussa Demes, no exercício da Presidência, deu início ao debate, pela ordem de inscrição, que constou dos seguintes interpeladores: Simão Sessim, Fernando Bezerra Coelho, José Maria Eymael, Gerson Camata e Osmundo Rebouças. Após o último inscrito, o Senhor Constituinte Mussa Demes, no exercício da Presidência, nada mais havendo a tratar, deu por encerrados os trabalhos, às vinte e uma horas e quatorze minutos — cujo teor será publicado no **Diário da Assembléia Nacional Constituinte** — convocando a Subcomissão para reunir-se no dia 5-5-87, às nove horas e trinta minutos, para reunião ordinária, com audiência pública, com a presença das seguintes personalidades: Dr. Luiz Alberto Brasil, Diretor Econômico Financeiro da Telebrasil; Dr. Nelson Amâncio Madalena, Professor de Direito Tributário da Universidade Federal de Santa Catarina; Dr. Luiz Romero Patury Accioly, Procurador Fiscal do Estado de Pernambuco; Dr. Osiris de Azevedo Lopes Filho, Professor de Direito Financeiro da Universidade de Brasília; Dr. Roberto Rodrigues, Presidente da Organização das Cooperativas Brasileiras e Dr. João Sérgio Marinho Nunes, Presidente do Instituto Brasileiro de Mineração. E, para constar, eu, Jarbas Leal Viana, Secretário, lavrei a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

Sala da Reunião, 30 de abril de 1987. — Constituinte **Benito Gama**, Presidente.

ATA DA OITAVA REUNIÃO, ORDINÁRIA, COM AUDIÊNCIA PÚBLICA, REALIZADA EM 5 DE MAIO DE 1987

Aos cinco dias do mês de maio de mil novecentos e oitenta e sete, às dez horas e vinte minutos, no plenário da Subcomissão de Tributos, Participação e Distribuição das Receitas, reuniu-se esta Subcomissão, sob a Presidência do Senhor Constituinte Benito Gama, presentes os seguintes Senhores Constituintes, membros efetivos: Fernando Bezerra Coelho, Geraldo Fleming, Irajá Rodrigues, Ivo Vanderlinde, Nion Albernaz, Gerson Camata, Jesus Tajra, José Tinoco, Mussa Demes, Simão Sessim, Roberto Torres, Virgílio Guimarães, José Luiz de Sá e José Maria Eymael; o suplente: Nilson Sguarez; e ausentes: Affonso Camargo, Jutahy Magalhães, Airton Sandoval, Domingos Juvenil, Osmundo Rebouças, Carlos Virgílio, João Castelo e Adhemar de Barros Filho; presentes, ainda, os demais membros da Comis-